



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO

**CARTA-CONTRATO Nº 12 - TRE-ES/PRE/DG/SAO/COMAP/SC****Processo nº 0007816-92.2022.6.08.8000****CONTRATANTE: TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DO ESPÍRITO SANTO****CNPJ: 03.910.634/0001-70**

Endereço: Av. João Batista Parra, 575, Praia do Suá, Vitória/ES CEP 29.052-123

**CONTRATADA: DESKGRAPHICS REALIZE TECNOLOGIA LTDA-EPP****CNPJ: 10.537.193/0001-78**

Endereço: Rua Doutor Alencar Lima, 35, sala 412, Centro, Petrópolis/RJ, 26.620-050

Telefone: (21) 3570-2510 / 97174-2618 e-mail: deskgraphics@deskgraphics.com.br

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

Assinatura de 04 (quatro) licenças do software da Autodesk, Architecture Engineering & Construction Collection IC Commercial Single-user ELD Annual Subscription, incluindo suporte técnico, atualizações de versão e correções de software, licenciamento flexível com acesso a versões anteriores, gerenciamento e controle de usuários e serviços em nuvem Autodesk – Referência Contrato 110003641365.

§1º. A presente contratação tem fundamento legal na Lei nº 8.666/93, sendo dispensável a licitação nos termos do seu art. 24, II, e dar-se-á sob regime de execução indireta - EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL e obedecerá ao estipulado neste instrumento, no Termo de Referência que embasou a contratação e na proposta apresentada pela Contratada em 25/04/2023.

**§2º. Requisitos**

- Nível básico de suporte de instalação, de configuração e base de conhecimento *online*;
- Suporte agilizado em fóruns da comunidade;
- Acesso e instalação de todas as atualizações de versão do programa lançadas durante o prazo da assinatura;
- Disponibilização de lições de autoaprendizagem, em meio eletrônico, com aulas interativas através de *e-learning* no portal de assinantes;
- Instalação de uma segunda cópia dos programas, em quantidade igual ao número de licenças adquiridas, em outro local, fora das instalações do TRE-ES, em notebook por exemplo, para utilização do programa nos locais de obra por ocasião das visitas de fiscalização para produzir trabalhos relacionados às necessidades do TRE-ES ou para o aprendizado pessoal de servidores;
- Manutenção dos direitos de uso de até três versões anteriores à versão vigente do programa;
- Download de extensões e outros aprimoramentos disponíveis para os produtos da assinatura;
- Utilização de uma plataforma que forneça acesso e armazenamento na nuvem, um espaço de trabalho de colaboração e serviços que ajudam a melhorar a maneira de projetar, visualizar, simular e compartilhar os desenhos com outros usuários a qualquer momento e em qualquer lugar.

**§3º. Da Comunicação Entre Contratante e Contratada**

- Toda e qualquer documentação relativa à contratação deverá ser encaminhada à outra parte, prioritariamente, através de correio eletrônico.
  - O Contratante poderá, a seu critério, solicitar a apresentação de documento original ou cópia autenticada para verificação da autenticidade dos documentos enviados por correio eletrônico.
- A comunicação será considerada recebida após a confirmação de entrega automática encaminhada pelo Outlook, independentemente de confirmação de recebimento por parte da Contratada, ficando sob sua responsabilidade a verificação da conta de *e-mail*.
- As partes se obrigam a informar o endereço eletrônico de contato em até 05 (cinco) dias úteis após a assinatura do instrumento contratual, caso não tenha sido informado previamente.

**§4º. Da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais**

- As partes obrigam-se a cumprir o disposto na Lei nº 13.709/2018 em relação aos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, comprometendo-se a manter sigilo e confidencialidade de todas as informações – em especial os dados pessoais e os dados pessoais sensíveis – repassadas em decorrência da execução contratual, sendo vedada a transferência, a transmissão, a comunicação ou qualquer outra forma de repasse das informações a terceiros, salvo as decorrentes de obrigações legais ou para viabilizar o cumprimento do instrumento contratual.
- É vedada às partes a utilização de todo e qualquer dado pessoal repassado em decorrência da execução contratual, para finalidade distinta da contida no objeto da contratação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.
- A Contratada fica obrigada a comunicar ao Contratante, em até 24 (vinte e quatro) horas, a contar da ciência do ocorrido, qualquer incidente de segurança aos dados pessoais repassados em decorrência desta contratação e a adotar as providências dispostas no art. 48 da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- As partes obrigam-se a proceder, ao término do prazo de vigência, à eliminação dos dados pessoais a que venham ter acesso em decorrência da execução contratual, ressalvados os casos em que a manutenção dos dados por período superior decorra de obrigação legal.

**CLÁUSULA SEGUNDA - DA VIGÊNCIA**

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, **com início em 05/07/2023 e término em 04/07/2024.**

**CLÁUSULA TERCEIRA - DOS ENCARGOS DO CONTRATANTE**

- Promover, por intermédio do fiscal contratual, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, nos aspectos quantitativos e qualitativos, incluindo:
  - anotação em registro próprio das falhas detectadas e demais ocorrências;
  - comunicação formal de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas por parte da Contratada, bem como todas e quaisquer ocorrências relacionadas com o objeto;
- Receber o objeto que esteja em conformidade com a proposta aceita, em até 05 (cinco) dias úteis após o seu recebimento;
- Encaminhar formalmente a demanda à Contratada, preferencialmente por meio de Ordem de Serviço ou de Fornecimento de Bens;
- Efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições de preços e prazo estabelecidas nesta Carta-contrato.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- Proceder à assinatura digital do instrumento contratual em até 03 (três) dias úteis após a sua disponibilização no ambiente SEI do TRE/ES;
- Prestar os serviços conforme especificado neste instrumento;

- c) Indicar, formalmente, preposto apto a representá-la junto ao Contratante;
- d) Atender prontamente a quaisquer orientações e exigências do gestor do contrato quando inerentes à execução do objeto contratual;
- e) Reparar quaisquer danos diretamente causados ao Contratante ou a terceiros por culpa ou dolo de seus representantes legais, prepostos ou empregados, em decorrência da relação contratual;
- f) Propiciar todos os meios e facilidades necessárias à fiscalização da Solução de Tecnologia da Informação pelo Contratante;
- g) Manter, quando especificada e durante a execução do Contrato, equipe técnica composta por profissionais devidamente habilitados, treinados e qualificados para fornecimento da Solução de Tecnologia da Informação;
- h) Informar os dados do seu domicílio bancário (banco, agência e conta) para o correspondente pagamento, bem como, se é optante pelo Simples Nacional;
  - h.1) Caso não apresente a informação de opção pelo Simples, os impostos e contribuições poderão ser devidamente retidos ao Tesouro Nacional;
- i) Comunicar ao tribunal qualquer alteração no quadro societário e/ou no quadro de empregados que contrarie as disposições da Resolução CNJ nº 07/2005 e alterações posteriores;
- j) Manter durante a execução desta Carta-contrato todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação.

#### CLÁUSULA QUINTA - DO PREÇO E DO PAGAMENTO

O Contratante pagará à Contratada pela execução do objeto o valor total de **R\$ 11.792,00** (onze mil, setecentos e noventa e dois reais) mediante depósito bancário, até o 5º (quinto) dia útil seguinte após a apresentação de documento fiscal, devidamente atestado pelo setor competente deste Tribunal, desde que não haja fator impeditivo provocado pela mesma, obedecida a ordem cronológica de exigibilidade, nos termos do art. 5º da Lei nº 8.666/93.

**§1º.** O pagamento, mediante a emissão de qualquer modalidade de ordem bancária, será realizado desde que a Contratada efetue a cobrança de forma a permitir o cumprimento das exigências legais, principalmente, no que se refere a retenções tributárias.

**§2º.** Havendo erro no documento fiscal ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, aquela será devolvida à Contratada e o pagamento ficará pendente até que o mesmo providencie as medidas saneadoras.

**§3º.** A empresa optante pelo SIMPLES, para usufruir da isenção da retenção de tributos e contribuições estabelecida pela IN SRF nº 1234/2012, deverá apresentar declaração ORIGINAL (01) via na forma do Anexo IV daquela instrução normativa, JUNTO COM A NOTA FISCAL. CÓPIA NÃO É VÁLIDA.

**§4º.** A declaração de que trata o parágrafo anterior poderá ser apresentada por meio eletrônico, com a utilização de certificação digital disponibilizada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICPBrasil), desde que no documento eletrônico arquivado pela fonte pagadora conste a assinatura digital do representante legal e respectiva data da assinatura.

**§5º.** Não haverá reajustamento de preços.

**§6º.** Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que os encargos moratórios devidos pelo Contratante, entre a data acima referida e a correspondente ao efetivo pagamento do documento fiscal, a serem incluídos em documento próprio, são calculados por meio da aplicação da seguinte fórmula:

*EM = Encargos moratórios;*

*N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;*

*VP = Valor da parcela em atraso.*

*I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado*

*$I = \frac{i \cdot 365}{100}$   $I = 0,06/365$   $I = 0,0001643$*

*Em que i = taxa percentual anual no valor de 6%.*

#### CLÁUSULA SEXTA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

A despesa decorrente da presente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual – LOA, bem como se encontra em compatibilidade com o Plano Plurianual – PPA 2020/2023 e a Lei de Diretrizes Orçamentária – LDO e correrá à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento deste Tribunal Regional Eleitoral:

Ação: 02.122.0033.20GP.0032 – Julgamento de Causas e Gestão Administrativa na Justiça Eleitoral no Estado do Espírito Santo

Natureza da Despesa: 339040 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação - Pessoa Jurídica

Empenho nº 2023NE000268 de 15/06/2023.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DAS PENALIDADES

Em conformidade com as disposições previstas na Lei nº 8.666/93, pelo descumprimento das obrigações decorrentes do presente instrumento, a Contratada ficará sujeita às seguintes sanções:

- a) Pelo atraso injustificado na entrega ou substituição do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento) incidente sobre o objeto em atraso, até o 20º (vigésimo) dia de atraso, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento);
- b) Pela inexecução total ou parcial do objeto, a Contratada sujeitar-se-á ao pagamento de multa correspondente a 30% (trinta por cento) sobre o valor do objeto inexecutado;
- c) Pelo descumprimento de qualquer outra obrigação, a Contratada estará sujeita à multa no valor de 0,5% (meio por cento) por ocorrência, sobre o valor total do Contrato.

**§1º.** O atraso superior a 20 (vinte) dias na entrega do objeto caracterizará a inexecução total da obrigação, suscetível à punição conforme disposto na alínea “b”.

**§2º.** Excepcionalmente, após esse prazo e desde que haja prévia e expressa autorização da Administração, o objeto poderá ser recebido no prazo suplementar de até 20 (vinte) dias, sujeitando-se a Contratada à aplicação de multa diária correspondente a 0,5% (meio por cento), incidente sobre o valor do contrato, podendo atingir o percentual de 10% (dez por cento), cumulativa à multa prevista na alínea “a”.

**§3º.** A solicitação de prorrogação de prazo, na forma do § anterior, deverá ser sempre por escrito, devendo ser recebida contemporaneamente ao fato que ensej-la.

**§4º.** As penalidades acima não excluem as previstas no art. 87 da Lei nº 8.666/93.

**§5º.** A aplicação das multas previstas não exime a Contratada de reparar eventuais danos, perdas ou prejuízos que o seu ato punível venha a acarretar à Administração.

**§6º.** Os valores das multas porventura aplicadas serão descontados dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração à Contratada ou cobrados judicialmente.

**§7º.** As sanções porventura aplicadas pela Administração serão registradas no SICAF.

**§8º.** A aplicação das penalidades será precedida da concessão da oportunidade de ampla defesa por parte da Contratada, na forma da Lei nº 9.784/99 (Lei do Processo Administrativo).

**§9º.** A contagem do prazo estabelecido na alínea “a” do caput inicia-se automaticamente no primeiro dia de atraso, não havendo necessidade de apresentação de pedido de prorrogação de prazo pela Contratada, exceto nas hipóteses em que a Administração expressamente manifestar seu desinteresse no recebimento extemporâneo do objeto.

**§10.** A contagem do prazo estabelecido no §2º inicia-se a partir da data do recebimento, pela Contratada, da comunicação expedida pelo setor competente deste TRE/ES, ou a partir do término do prazo estabelecido na alínea “a”, caso esta contagem seja mais favorável à Contratada.

§11. A base de cálculo da penalidade de multa será proporcional à parcela do objeto entregue em atraso, desde que, ao final dos prazos previstos neste item, o objeto contratado tenha sido recebido de forma integral pelo Tribunal.

#### CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

O inadimplemento das Cláusulas e condições estabelecidas nesta Carta-contrato assegurará aos Contraentes, nos termos do art. 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e suas alterações, o direito de dá-lo por rescindido, mediante notificação através de ofício entregue diretamente ou por via postal, com prova de recebimento, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

**parágrafo único.** Em caso de rescisão antecipada da Carta-contrato, a Contratada deverá ressarcir ao Contratante o valor correspondente ao período não cumprido, com os valores devidamente atualizados.

#### CLÁUSULA NONA - DO FORO

Para dirimir questões derivadas desta Carta-contrato fica nomeado o foro da Seção Judiciária da Justiça Federal desta Capital.

E por estarem justos e acordados, depois de lido e achado conforme, foi o presente instrumento assinado pelas partes:

Pelo Contratante: **LEILA DE ALMEIDA GOMES**, CPF nº \*\*\*.586.887-\*\*

Pela Contratada: **RONALDO AMARAL CHAVES**, CPF Nº \*\*\*.412.707-\*\*

Em 16 de junho de 2023.



Documento assinado eletronicamente por **LEILA DE ALMEIDA GOMES, Diretor(a) Substituto(a)**, em 19/06/2023, às 14:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RONALDO AMARAL CHAVES, Usuário Externo**, em 20/06/2023, às 17:04, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site [http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.tre-es.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0) informando o código verificador **0974038** e o código CRC **7E68CDB3**.

0007816-92.2022.6.08.8000

0974038v4

Criado por **FERNANDA.SANTANNA**, versão 4 por **LETICIA.WERNECK** em 19/06/2023 14:26:17.